



## Método da indução analítica para análise de grupos focais

Analytical induction method for focus groups analysis

**Dione Antonio Santibanez e Ricardo Barbosa de Lima**

### Resumo

Discutimos, neste trabalho, as implicações decorrentes da aplicação do método da indução analítica em pesquisas com grupos focais, destacando a necessidade de adequações entre a técnica de produção do dado e a metodologia de análise. Nossa hipótese é a de que essa necessidade decorre da operação de casos negativos, uma característica da indução analítica que condiciona os procedimentos amostrais. Como resultado da discussão, indicamos que as especificidades dos grupos focais não tornam inviável o uso da metodologia, sob a condição de que se defina adequadamente a unidade de análise. Demonstraremos ainda como o método pode ser aplicado, tomando por parâmetro quatro aspectos: 1) progressividade e recorrência; 2) operação de casos negativos; 3) reformulação de hipóteses e redefinição de problema; 4) amostragem teórica.

**Palavras-chave:** Indução analítica; pesquisa qualitativa; grupos focais; entrevista em profundidade; casos negativos.

### Abstract

In this paper, we discuss the implications of applying the analytical induction method in research with focus groups, highlighting the need for adjustments between the data production technique and the analysis methodology. Our hypothesis is that this need arises from the operation with negative cases, a characteristic of analytic induction that conditions sampling procedures. As a result of the discussion, we indicate that the particularities of the focus groups do not make it unfeasible to apply the methodology, provided that the unit of analysis is properly defined. We will also demonstrate how the method can be applied, taking four aspects as parameters: 1) progressiveness and recurrence; 2) operation with negative cases; 3) reformulation of hypotheses and redefinition of the research problem; and 4) theoretical sampling.

**Keywords:** Analytical induction; qualitative research; focus groups; in-depth interview; negative cases.

## 1. Introdução

Em estudos que utilizam a técnica qualitativa dos grupos focais não é raro identificar certa fragilidade da dimensão analítica, particularmente na interpretação dos dados produzidos; isso, apesar do avanço considerável de pesquisas que utilizam essa técnica como instrumento de produção de *corpus* de dados linguísticos. Para enfrentar esse problema, apontamos algumas qualidades da indução analítica como um método chave para a análise das interações proporcionadas pela técnica dos grupos focais.

Vamos assumir em nossa argumentação que a pesquisa qualitativa é uma atividade multidimensional, caracterizada por um processo de investigação composto por diversas partes, basicamente compostas por etapas de observação, coleta, interpretação e análise dos dados. Temos assim, duas dimensões de destaque nos estudos qualitativos: a técnica de pesquisa e o método de análise. A primeira se refere à produção do dado observado e a segunda se refere à abordagem teórica aplicada à sua compreensão. Entretanto, essas dimensões nem sempre aparecem relacionadas nos estudos, como esperado no processo de produção do conhecimento. Há vários exemplos dessa dissociação problemática em pesquisas no Brasil, especialmente nas últimas décadas, em que presenciamos o crescente emprego dos grupos focais como técnica de investigação qualitativa (Gondim, 2003).

De modo prático, o problema reside no uso insensível dos grupos focais, em que se ignora a necessidade de centrar a observação nas interações entre os participantes, concebendo o grupo como a unidade de análise (Morgan, 1997). As falhas principais consistem em não perceber que os discursos e argumentos individuais são produtos da interação no grupo e nunca podem ser tomados como somatório, divisões ou clivagens de opiniões isoladas. Persistem-se os equívocos ao não se apreender a interdependência da produção do texto falado no contexto do grupo, fora de sua dimensão idiossincrática. Entre os cientistas sociais, apesar do domínio cada vez mais rigoroso da dimensão técnica dos grupos focais, a interpretação do *corpus* de dados ainda é limitada. Essa é a conclusão de Costa (2012), ao constatar uma desconexão entre teoria e análise no estudo das interações entre participantes de grupos focais. Não se trata, como aponta esse autor, de um problema novo no campo de pesquisas qualitativas. Todavia, é uma fragilidade que se mostra persistente neste tipo de estudo. Por essa razão, defenderemos o emprego do método da indução analítica como um dos possíveis caminhos para se enfrentar essa dificuldade, particularmente no campo das ciências sociais. Isso, por considerarmos essa metodologia um recurso útil para a análise das interações proporcionadas pela técnica dos grupos focais, que viabiliza a compreensão do discurso do grupo.

A indução analítica está centrada no processo de formulação de teorias explicativas, servindo de modelo flexível para desenvolver análises de observações qualitativas. O estudo sobre comportamento desviante, elaborado por Becker (2008) é a referência mais conhecida de uma aplicação desse método de análise no campo das ciências sociais. Seguiram lógica similar à dele, estudos de menor projeção, como de Cressey (1953) e de Lindesmith (1968), que se utilizaram da mesma abordagem metodológica. Nesses exemplos, os autores realizaram um trabalho de campo de características etnográficas, com uso de entrevistas em profundidade. Vê-se facilmente nessas obras que a técnica da pesquisa combinou com o método de análise na formulação das teorias explicativas.

Não havendo dúvidas de que a indução analítica é um bom recurso para pesquisas que adotaram as entrevistas em profundidade como técnica de pesquisa, acreditamos que seja válido considerar se ela é uma abordagem igualmente eficaz para a análise de *corpus* produzidos com emprego da técnica de grupos focais. Não é raro nos depararmos com resultados de pesquisa que apenas relatam as observações e descrevem trechos de falas dos sujeitos, sem apresentar uma análise explicativa – teórica – do fenômeno abordado. Esse é um problema que decorre de limites teórico-metodológicos e não necessariamente de falhas ligadas ao trabalho de campo, como recrutamento ou desempenho do(a) moderador(a) dos grupos. Trata-se de limitações interpretativas associadas à ausência de mecanismos de análise que estejam amparados em abordagens teóricas que sustentem e direcionem o olhar dos(as) pesquisadores(as). Consideramos que a indução analítica é um dos métodos possíveis a solucionarem esse problema, ainda que seu uso seja mais comum em trabalhos com entrevistas em profundidade.

Nosso entendimento inicial é de que a metodologia pode ser aplicada em ambos as técnicas, sendo necessários ajustes discretos em alguns de seus procedimentos para cada caso. Compreendemos ainda que tais adequações devem se submeter aos parâmetros de interesse da pesquisa, definidos pelo objeto, problema e hipóteses. A nosso ver, a boa adaptação do método para entrevistas ou grupos focais dependerá da definição clara e precisa da unidade de análise, que deverá variar de acordo com a técnica escolhida. Demonstraremos, assim, como a metodologia pode ser aplicada aos dois tipos de técnica de pesquisa, quais são as variações inerentes a elas e as adequações necessárias. Para isso, faremos uma breve descrição conceitual da indução analítica, destacando algumas de suas definições, seu alcance como método e os limites de sua aplicação. A fim de que se tenha de modo mais claro a relação da metodologia com as duas técnicas, discutiremos as implicações que elas estão sujeitas ao se considerar as características fundamentais da indução analítica. Posteriormente, daremos exemplo de como a aplicação da metodologia beneficia o processo de análise, eliminando o problema da descrição rasa e ausência de teoria explicativa nas interpretações de grupos focais.

## 2. Definição, alcance e limite da indução analítica

Apesar de Znaniecki (1934), o pioneiro em indução analítica na sociologia, não ter elaborado uma definição precisa, podemos defini-la como um método para se formular uma teoria explicativa partindo-se de casos observados. Seu trabalho a esse respeito se concentrou em mostrar as diferenças e vantagens dessa forma de raciocínio na comparação entre abordagem qualitativa e quantitativa. Em conceituações posteriores, Manning (1982) *apud* Deslauriers (2014: 339) chegou a uma definição: “É, primeiramente, um procedimento lógico, que consiste em partir do concreto para chegar ao abstrato, delimitando as características essenciais de um fenômeno”, e acrescenta: “é um método de pesquisa sociológico, qualitativo e não experimental, que requer um estudo exaustivo de casos para se chegar à formulação de explicações causais universais”. Em definição mais recente, Deslauriers (2014: 339) conceitua o método como: “um modo de coleta e análise de dados, que tem por objetivo evidenciar os elementos fundamentais de um fenômeno, para daí deduzir, se possível, uma explicação universal”.

As definições apresentadas sinalizam para dois aspectos da indução analítica. Primeiro, importa para esse método não a quantidade de casos levantados, mas a profundidade da investigação sobre os que foram selecionados. Não é proveitoso para esse tipo de abordagem elaborar um vasto compilado de casos, enumerando cada uma de suas características. Antes, é necessário que se atente aos fatores presentes em cada caso, captando a associação com os elementos que os caracterizam e a relação com aquilo que os distinguem uns dos outros. É essa atenção aos incidentes e a leitura perspicaz dos acontecimentos que o envolvem que permite a compreensão da situação observada.

Ao falarmos em observação rigorosa não estamos nos referindo à uma restrição aos casos empiricamente observados, o que poderia levar o(a) pesquisador(a) a ignorar condições externas de influência. Discordamos, inclusive, da abordagem de Deslauriers (2014), para quem elementos externos constituiriam outros problemas de pesquisa e a preocupação na indução analítica deve ser a de aprofundar a análise do caso. Para os que concordam com o autor, basta delimitar adequadamente o objeto de pesquisa que se terá uma justificativa para a não consideração de fatores externos na análise. Para nós que divergimos da colocação de Deslauriers (2014), deve-se considerar as condições que influenciam os casos observados como elementos do fenômeno a ser explicado. Nesse sentido, nos inclinamos a concordar com a aplicação feita por Becker (2008), que combinou o exame dos casos com uma explanação dos fatores externos que influenciam os casos observados, como é demonstrado ao analisar a dimensão micro das interações entre usuários de maconha e os fatores macro da política de proibição da substância liderada pelos “empreendedores morais”.

Outra questão que deve ser tratada de forma cuidadosa na indução analítica diz respeito à possibilidade de estabelecer inferências causais. Para Deslauriers (2014) o máximo que se pode atingir com essa metodologia é o estabelecimento de “correspondências estreitas” e “ligações significativas” entre os fatores que caracterizam o fenômeno observado nos casos. Kaufmann (2013) expressa esse tipo de inferência como “amálgama aproximativo”. Em nosso entendimento,

essa é uma questão que está sujeita às preferências epistemológicas dos(as) pesquisadores(as). Nesse sentido, entendemos ser pertinente explicar, ainda que em linhas gerais, o posicionamento de Becker (2007) sobre o que vem a ser teoria. O que ele chama de teoria explicativa equivale aos resultados da pesquisa. Isso faz com que seu método guarde um pressuposto sensível, que consiste em conceber o processo de teorização de forma excessivamente empírica e linear, permitindo a suposição de uma teoria isolada de relações sociais que antecederam o processo de pesquisa. Isso acarreta a contradição em se sustentar a noção de que a teoria resulta de processos sociais estudados ao mesmo tempo em que se relativiza a determinação social do método.

Ao entender que a teoria pode resultar unicamente da coleção de achados observacionais, desconsiderando orientações teóricas pré-existentes, Becker (2007) acreditava estar desenvolvendo uma metodologia de pesquisa que dava às relações sociais a força predominante na formulação do conhecimento. Ele o faz, contudo, diminuindo a importância de elementos epistemológicos e menosprezando o fato de pesquisadores envolvidos numa interação social não se desfazerem de sua visão de mundo e de orientações teóricas pré-existentes, mesmo que se mantenham capazes de questioná-las. Entretanto, os achados analíticos não estão livres da influência das condições sociais que exercem influência sobre a análise. Não podemos desprezar, ainda, o fato de analistas adquirirem orientação teórica em relações de poder institucionalmente localizadas. Por isso é inevitável a ligação entre o saber produzido e os processos sociais ligados a quem o produz.

Howard Becker contra-argumentaria que sua proposta de análise não incorre nesse problema, justamente porque sustenta que o processo de teorização se dá exatamente nas interações sociais. Isso constituiria, inclusive, a grande vantagem de seu método. De fato, em seu modelo, a teoria resulta de situações de interações entre indivíduos. O limite dessa abordagem estaria em acreditar que o resultado analítico do estudo pode ser isolado de teorias anteriores, acreditando numa independência epistemológica de outras abordagens. Ao assumir essa premissa, aceita-se, do ponto de vista lógico, que a teoria pode ser formulada apenas com a experiência empírica do momento. Aceitar esse raciocínio, impõe admitir pesquisadores capazes de suspenderem suas orientações teóricas. Assim, seria igualmente possível uma teoria descolada de determinações sociais.

Apesar de compreendermos que se trata de uma forma específica de se produzir conhecimento, que confere a teoria um lugar peculiar, acreditamos que a orientação teórica de pesquisadores não deve ter seu impacto menosprezado, sob o risco maior de se perder a dimensão da determinação social do método. Em nosso entendimento, a problematização desse limite teórico-epistemológico não invalida a aplicação da técnica. Todavia, faz pertinente explicitar esse limite metodológico confrontando os pressupostos teóricos com a teoria produzida indutivamente pela análise dos dados qualitativos oriundos da observação, da entrevista ou do grupo focal. Como veremos mais detalhadamente num item posterior, os recursos metodológicos devem ser aplicados às exigências da pesquisa, e não há razão para ignorar o arcabouço teórico conceitual que a embasa.

A fim de melhor compreendermos sua aplicação, alcance e limite, consideraremos quatro características da indução analítica: 1) progressividade e recorrência; 2) operação de casos negativos; 3) ajuste de hipótese e reformulação do problema; 4) amostragem teórica. Importa para nós, além de descrever cada um dos aspectos, perceber de que maneira eles podem sofrer variações conforme sejam aplicados em pesquisas com grupos focais ou com entrevistas em profundidade. Feito isso, elucidaremos a explicação com um breve exemplo de como a metodologia pode melhorar a análise de grupos focais.

### 3. Progressividade e recorrência

Chamamos de progressividade a característica da indução analítica de elaborar uma teoria resultante da análise caso a caso. Formula-se uma explicação sobre o primeiro caso e aplica o mesmo entendimento aos seguintes. Ao surgir casos que contradizem aspectos da teoria, altera-se o que foi formulado, incorporando os achados dos novos casos ou modificando radicalmente a proposição teórica inicial. A decisão do que fazer e em que momento, dependerá do que foi

encontrado nos dados observados. As etapas de uma pesquisa que segue esse desenho metodológico foram propostas por Cressey (1953) *apud* Deslauriers (2014).

1. Definição do fenômeno que se pretende explicar;
2. Elaboração de hipótese provisória;
3. Confrontação de cada caso com a hipótese provisória;
4. Havendo contradição entre eles, altera-se a hipótese ou redefine-se o problema para que o caso seja incluído;
5. Certeza provável após o exame de alguns casos; fica sujeita a ocorrência de novos casos negativos;
6. Repete-se o ciclo para os novos casos até que se possa formular uma explicação geral válida para todos os casos analisados;
7. Testa se a explicação pode ser aplicada a casos externos aos limites definidos na pesquisa.

Na sugestão Cressey (1953) *apud* Deslauriers (2014), os itens seguem uma linha rigorosa de aplicação do método, que foi questionada por Becker (2007). Em “Outsiders”, o autor não seguiu esse padrão e deu exemplo satisfatório de que a efetiva qualidade de aplicação do método não está em seguir rigorosamente esses passos. O mais importante em relação a esse esquema organizativo é perceber que a indução analítica torna viável a formulação de proposições aplicáveis aos casos considerados, fornecendo uma explicação teórica sobre o fenômeno. Isso se justificaria pela ideia de que o exame analítico é profundo, com descrição das características principais do objeto e exposição de seus fatores condicionantes. Para Becker (2008) a indução analítica é um método para se descobrir o que deve ser incluído e o que pode ser retirado de uma explicação para que ela faça sentido e seja aplicável. Esse é para nós, inclusive, o ponto forte da abordagem.

Esse olhar rigoroso aos casos permitirá ao pesquisador(a) identificar elementos persistentes, que serão compreendidos como regularidades do fenômeno. É a isso que optamos por chamar aqui de recorrência. Becker (2007) considera que esse recurso se ajusta bem aos estudos sobre comportamentos rotulados como desviantes e situações que se afastam dos padrões considerados convencionais pela sociedade, como o divórcio e uso de drogas. Isso se dá porque as sucessivas observações com pessoas representativas de cada caso permitiriam a identificação de ocorrências regulares, sejam elas de percepção dos indivíduos, um tipo de ação ou alguma relação estabelecida entre os envolvidos no fenômeno. Essa regularidade servirá de eixo narrativo que confere coerência à análise.

Impõe-se, neste momento, compreendermos do que se trata um caso e o que há de diferente nas acepções do termo ao ser empregado num estudo com entrevistas em profundidade ou com grupos focais. Nos termos da indução analítica, casos são as unidades de análise. Trata-se do *locus* a partir do qual o dado qualitativo é produzido. São incidentes relevantes a serem observados, que foram delimitados a partir do desenho da pesquisa. Espera-se que sua delimitação esteja em consonância ao objeto e ao problema que foram definidos. Desse modo, na aplicação de entrevistas em profundidade, entendemos que os casos correspondem ao sujeito entrevistado; enquanto no uso dos grupos focais a unidade correspondente será cada grupo, não os indivíduos que os compõe.

Considerando a dimensão prática da pesquisa, temos a implicação de que o aspecto progressivo e recorrente da indução analítica irá variar de acordo com a técnica de coleta aplicada. Nas entrevistas em profundidade a teoria será construída a partir das reformulações e refinamentos decorrentes de cada pessoa entrevistada. No caso dos grupos focais, a teoria explicativa será elaborada a partir da narrativa fornecida pelo grupo, não das falas tomadas separadamente. Toma-se o texto formado por cada agrupamento como fonte de identificação das recorrências do fenômeno a ser explicado.

#### 4. Operação de casos negativos

Ragin (1994) *apud* Becker (2008) concebe a indução analítica como um instrumento que nos serve para obter ideias a partir de evidências contrárias às nossas formulações iniciais. Assim, invés de rejeitar, incorpora-se os casos que contrariam as hipóteses. Nesse tipo de abordagem, o se deparar com casos que contradizem o que vinha sendo formulado pelo(a) pesquisador(a) a pesquisa não é interrompida nem o caso é descartado, pelo menos a princípio. Na indução analítica, assimilamos casos negativos e ajustamos as hipóteses.

É preciso deixar claro, a esse respeito, que não é necessário estabelecer como critério a inclusão de todos os casos negativos que aparecerem na pesquisa. Seria inviável adotar essa postura. Há casos que não se enquadram na delimitação do objeto e fogem aos objetivos traçados pelo estudo. De forma mais exata, são casos que não só contrariam a hipótese; na verdade, sequer dialogam com ela. Eles estariam fora do escopo da pesquisa. Não estamos dizendo, contudo, que a rejeição a um caso dispense a necessidade de explicar o descarte e fornecer uma descrição mínima do que foi dispensado.

Um exemplo de como isso funciona é dado por Becker (2008) no estudo sobre o desvio, que pesquisou usuários de maconha. Ele explica que o uso eficaz da substância, no sentido de obter uma sensação prazerosa, é um processo socialmente construído através do aprendizado do usuário, em situações de interação social. Na obra “Outsiders”, ainda nos é explicado que esse aprendizado se dá em três etapas: na primeira há o contato inicial com a substância e o usuário não consegue sentir o efeito, tendo ainda de lidar com efeitos não agradáveis da *cannabis*; na segunda, persiste no uso e apesar do efeito surgir, o usuário prefere negá-lo, ainda que o tenha percebido em algum grau (o grupo de usuários mais experientes, por sua vez, percebe facilmente o efeito no neófito); na terceira, a insistência combinada com a orientação do grupo leva o persistente a perceber os efeitos e se tornar um apreciador da experiência.

Ao longo do estudo, Becker (2007) se deparou com casos que não se encaixavam nos perfis descritos, tendo incorporado alguns e descartado outros. Um exemplo do que foi descartado são os casos em que o indivíduo relatou que era usuário recorrente, mas jamais teve o “barato”, tendo como motivação para o uso regular o receio de ser visto como careta entre os amigos, caso optasse por se reservar do consumo. Trata-se de uma observação no estudo que não se encaixa no esquema de etapas elaborado na teoria explicativa. E o que Becker (2008) fez respeito? Tratou esse caso como uma exceção, oferecendo uma breve descrição do ocorrido para explicar por que o caso fugia ao escopo da pesquisa. Assim, fica esclarecido que a regra geral é de incorporar os casos negativos e reformular hipóteses, assumindo que alguns casos podem fugir à delimitação do objeto e serem descartados.

Poderíamos entender que essa possibilidade de descarte enfraquece a metodologia, uma vez que não há critério objetivo para especificar quantos casos negativos devem ser considerados, nem para saber se as possibilidades foram esgotadas. Ainda mais grave: não há critério para medirmos o efeito de se ter ignorado algum caso negativo. Ambas as assertivas são verdadeiras, mas não são capazes de comprometer a proposta metodológica. Isso, desde que consideremos o seguinte: 1) os critérios relativos ao que deve ser amostrado na pesquisa qualitativa são regidos por fatores teóricos e epistemológicos, não por parâmetros pré-definidos que condicionam a seleção do que deve ser incluído; assim, trata-se de escolhas orientadas pelo objetivo da pesquisa; 2) o objetivo de uma pesquisa qualitativa desenhada pelo método da indução analítica não exige que essa teoria seja uma explicação final irreparável, que tenha esgotado todas as possibilidades de análise; 3) os casos negativos não funcionam como estimadores de algum parâmetro dado e externo às delimitações de interesse do pesquisador(a), eles servem, antes, para avaliarmos o progresso obtido ao longo das várias etapas de reformulação de problemas e ajustes de hipóteses.

Trazendo nosso olhar para aspectos mais concretos da pesquisa, precisamos esclarecer como a operação de casos negativos se processa em investigações com entrevistas em profundidade e atividades com grupos focais. Interessa-nos aqui, destacar as possíveis diferenças a que se deve atentar ao se aplicar a metodologia em uma dessas técnicas. Para isso, devemos retomar a ideia anteriormente salientada de se estabelecer com clareza a unidade de análise do estudo.

Uma confusão que pode ser feita, a esse respeito, é relativa à imprecisão no momento de circunscrever um caso negativo. Pode-se, equivocadamente, considerar um trecho específico de uma trajetória narrada por um sujeito numa entrevista como um caso que contraria a hipótese. De outra forma, pode-se assimilar, indevidamente, que a fala de um determinado indivíduo num grupo focal, tomada isoladamente e descontextualizada do grupo como expressão de um caso que contradiz as hipóteses iniciais. Em nenhuma dessas possibilidades, ressalte-se, estaríamos tratando de casos negativos. Se a unidade de análise definida são os indivíduos entrevistados, cada um deles será um caso; conseqüentemente, um caso negativo corresponderá a toda uma entrevista e não a partes específicas dela. De modo similar, pode ser confuso isolar falas de indivíduos em grupos focais e considerá-las como casos negativos. Isso porque se imagina que a unidade de análise é o grupo e o texto que se pronuncia coletivamente. Conseqüentemente, espera-se que nesse formato de pesquisa os eventuais casos negativos reportem a todo um grupo, não a indivíduos isoladamente.

## 5. Ajuste de hipóteses e redefinição do problema

Uma diferença sempre destacada na indução analítica em relação a outros métodos qualitativos é que nesta abordagem o problema que se quer explicar e as hipóteses são formuladas e reformuladas ao longo do processo de pesquisa. Essa versatilidade da indução analítica é importante porque a maneira como a pesquisa é conduzida impõe a(o) pesquisador(a) o desafio de explorar os fatores explicativos que surgem nos casos sucessivos.

Deslauriers (2014) lembra que as pesquisas qualitativas não têm forma de funil, em que a investigação vai estreitando automaticamente a análise dos achados. O processo, antes, segue sentido oposto, ampliando as possibilidades de análise a cada caso investigado. Concordamos com o autor que estudos qualitativos se dirigem a ampliar as possibilidades analíticas à medida que se desenvolvem e encontram novas variáveis explicativas. Se o sentido da investigação fosse o inverso, teríamos mais facilidade em lidar com o estudo à medida que a análise se estreitasse. Entretanto, há o desafio de lidar com a constante ampliação das possibilidades de inferências que surgem a cada caso investigado. Por essa razão a reformulação de problemas e a redefinição de hipóteses são exercícios de adaptação não apenas permitidos, mas necessários na indução analítica.

Becker (2007) destaca outra vantagem decorrente da possibilidade de se ajustar hipóteses e reformular problemas: facilitar o exercício de conferir sentido lógico à descrição que fazemos do fenômeno estudado. Ao descrever o objeto investigado, exploramos aspectos ligados ao “como” ocorrem determinados fatos e circunstâncias ligadas aos casos ou incidentes que observamos. Tal descrição, todavia, não é suficiente para a explicação do problema analisado. É necessário que o estudo identifique os sentidos narrados que são formados a partir dos diversos casos. O aprofundamento exigido pela necessidade de se compreender o objeto é satisfeito através da elaboração da narrativa sobre o fenômeno. Essa narrativa será a base sobre a qual se construirá a teoria explicativa. Nem sempre, ao longo do processo de pesquisa, a descrição, a análise e a teoria estarão em harmonia. Isso, em razão do aparecimento de casos negativos. Assim, a readequação das hipóteses e a reformulação do problema servem como ajustes que auxiliam o(a) pesquisador(a) a dar coerência entre descrição e análise, favorecendo a elaboração da teoria explicativa.

Devemos assumir com ressalvas que a indução analítica é instrumento para elaboração desse tipo de teoria, mais abrangente e generalizável. Não estamos falando de capacidade de produzir resultados universalizantes, até porque estamos tratando de uma abordagem metodológica que não se propõe capaz de universalizar seus resultados de pesquisa. O que não quer dizer, necessariamente, que eles não possam ser generalizados a certo nível. Na verdade, eles devem ser generalizados em um nível que alcance os casos definidos no estudo, de acordo com o problema de pesquisa formulado. Ainda assim, é preciso destacar que a formulação de uma teoria desse tipo não é um objetivo central na indução analítica, tampouco é exigência de sua aplicação. Trata-se mais de uma estratégia de pesquisa que não pressupõe uma explicação final perfeita. O que se espera é que essa explicação seja suficientemente profunda acerca dos casos delimitados.

Em relação ao ajustamento de hipóteses e redefinição de problemas as diferenças entre grupos focais e entrevistas em profundidade serão pouco significativas. Uma vez que casos negativos demandem ajustes nesses parâmetros, não fará diferença se isso decorreu de uma entrevista ou de um grupo focal. É importante apenas que se tenha claro a unidade de análise, como explicado anteriormente. Não será muito produtivo para o(a) analista considerar trechos de falas das entrevistas como casos negativos, que exigiria uma readequação do que se conjectura sobre um depoimento em particular, enquanto a readequação deve ser feita a partir do caso (toda a entrevista). A lógica é a mesma para a técnica de grupos focais. Não fará sentido redefinir hipóteses e problema a partir de trechos que foram isolados do grupo e individualizados; isso, uma vez que ajustes poderão ser feito a partir do texto resultante desse coletivo.

Esse tratamento versátil que a indução analítica dá ao problema de pesquisa se ajusta aos outros aspectos da metodologia, como recorrência, operação de casos negativos e a amostragem teórica. Entretanto, achamos pertinente deixar a ressalva de que os teóricos do assunto não fizeram uma discussão mais extensa sobre o que significa um problema. Apesar de didático, pode não ser suficiente conceber problema como aquilo que deve ser explicado. Em nossa avaliação, essa ausência explicativa está ligada à forma com a qual os propositores da indução analítica lidam com a relação entre teoria e empiria. Essa questão merece um debate mais elaborado, que excede nossa discussão. De qualquer forma, esses limites conceituais não invalidam a aplicação do método nas duas técnicas que estamos considerando.

## 6. Amostragem teórica

Os aspectos da indução analítica destacados acima têm efeito direto sobre o desenho amostral da pesquisa qualitativa. De imediato, pode-se perceber que o número de observações não terá relevância para o delineamento do estudo. Isso não implica, contudo, que se devam desprezar possibilidades de aumentar a quantidade de entrevistas ou outras formas de coleta de dados num determinado estudo. Tampouco significa que não há importância em esgotar os casos, quando isso é possível. Decisões a esse respeito dependerão do problema e objeto delimitado pela investigação. De maneira não tão imediata, mas igualmente importante, cabe compreender que o planejamento amostral nesse tipo de abordagem é parametrizado por fatores teóricos, estando submetido ao processo analítico. Isso implica que o escopo da pesquisa - dado pelo objeto, problema e hipóteses - baliza a percepção da saturação das informações obtidas. Essa saturação será o indicador de suficiência da quantidade de casos analisados.

Imagine-se, por exemplo, uma pesquisa que se proponha a estudar as percepções de um grupo de funcionários de uma determinada instituição a respeito do seu trabalho. Havendo possibilidade de entrevistar todos os trabalhadores, que seja feito! A questão é que se isso não for possível, não há por que deixar de fazer o campo se o alcance se limitar à metade do conjunto. Esse tipo de estudo permitiria uma definição amostral antes do trabalho de campo, dado que o número de funcionários da instituição é algo verificável a priori. Ao mesmo tempo, devemos ter em mente que isso não estabelece como requisito prévio do estudo a análise de todos os integrantes da instituição apenas porque é possível. Fazer isso ou não dependerá do problema e objeto formulado. O que guiará pesquisadores para saberem quando parar de fazer novas entrevistas é a indicação de saturação, que se dá pela percepção de que os dados obtidos nas conversas já não fornecem elementos novos para a análise.

De outra maneira, considere-se um estudo em que se pretende compreender a formação de identidades entre jovens que atuam no mercado de drogas. Não seria viável definir uma amostra numérica para esse tipo de pesquisa, uma vez que não temos noção de quantos jovens estão envolvidos. E ainda que soubéssemos, poderíamos enfrentar desafios insuperáveis para conversar com todos. Assim, optaríamos, provavelmente, por começar as entrevistas com jovens que estão presos por esse tipo de atividade, posteriormente, por indicação dos primeiros, conversaríamos com outros que não foram encarcerados. Temos aqui um exemplo de como condições externas à formulação de nosso objeto pode nos impor restrições amostrais. O importante nesses casos é dar início às entrevistas e permitir que a realidade do campo faça os ajustes necessários no escopo da pesquisa. Isso deve ser feito com o(a) pesquisador(a) se orientando pelo processo de esgotamento do conteúdo das falas, que indicará se as entrevistas chegaram a um ponto em que não trazem novas contribuições para a análise.



Num terceiro exemplo, tome-se uma proposta de investigação a respeito da percepção sobre o acesso às universidades públicas entre estudantes que estejam cursando ensino médio, sendo um grupo de escolas privadas e outro de escolas públicas. Para este estudo, consideremos que se optou por rodas de conversa, no lugar de entrevistas em profundidade. Pressupondo que haverá aplicação da indução analítica não se terá a preocupação com a quantidade dessas rodas de conversa, número de alunos ou escolas. Evidente é que se deve ter o cuidado de haver pelo menos duas escolas, já que se fará uma comparação entre público e privado. Conseqüentemente, teremos ao menos duas rodas de conversa. Aqui, temos uma delimitação inicial que nos é dada pelo problema e objeto de pesquisa. O que não significa que o estudo deva se limitar a esse número mínimo de grupos. Antes, o que deve servir de parâmetro para estabelecer essa quantidade é a percepção do(a) pesquisador(a) de que as rodas de conversa realizada não fornecem mais elementos que aprimorem a análise.

Considerando essas ideias que simulam objetos de pesquisa, chamamos a atenção para dois aspectos do planejamento amostral, comum aos exemplos acima: 1) não há um parâmetro a priori que imponha uma delimitação capaz de definir a amostra, de forma definitiva, antes dos primeiros contatos com o campo, seja ele com entrevistas, rodas de conversa ou grupos focais; 2) O indicador de que os casos são suficientes se dá pela saturação das entrevistas ou rodas de conversa, de acordo com a compreensão do(a) pesquisador(a) de que novos dados não estão afetando o processo de análise. Isso explica o porquê de o número de casos não ser relevante na indução analítica, como pode ser em outras abordagens. No método que tratamos, a amostragem qualitativa é de tipo teórica e seu objetivo final é a compreensão de uma narrativa sobre a qual se formulará uma teoria explicativa.

## 7. Aplicação em grupos focais

Mencionamos no início da discussão que é comum nos depararmos com resultados de pesquisa com grupos focais que não alcançam uma explicação do fenômeno, se limitando a relatar trechos de falas individualizadas e descrever ocorrências no grupo. Um dos motivos para que isso aconteça é o fato de não haver a compreensão do grupo como unidade de análise. Na falta dessa delimitação, o processo analítico é desprendido num esforço equivocado de se tentar capturar opiniões individuais e a frequência em que elas ocorrem. Vejamos um exemplo de como isso acontece.

Em nossa experiência com pesquisa qualitativa, acompanhamos diversos grupos focais, realizados sob distintas orientações e finalidades. Entre esses projetos, estão os estudos sobre avaliação de governo, feitos no âmbito do DEPES (Departamento de Pesquisa de Opinião Pública),<sup>1</sup> ligado à presidência da república do governo brasileiro. A seguir exibimos o trecho de um dos relatórios feito por um instituto contratado, que ilustra bem o que queremos dizer. Um dos subtemas trabalhados no estudo era a PEC 241 (PEC 55), um Projeto de Emenda Constitucional que previa o congelamento de gastos públicos federais por 20 anos. O objetivo era de compreender o que se pensava dessa iniciativa do governo. Seguem algumas das falas de participantes destacadas no relatório.

“Para mim depende se você vê a longo prazo ou de imediato. A longo prazo é ótima porque se a gente não conseguir controlar, em 2020 vamos estar com 175% do PIB, que é o Produto Interno Bruto. Ou para agora e equilibra através da PEC e outras coisas, ou a tendência é piorar.” (Participante – Salvador);

“Vai congelar por 20 anos, mas o preço das coisas vai subir e com o tempo não vai ter dinheiro para comprar um remédio, uma atadura...” (Participante – Curitiba);

“Meu Deus! Eu não sei nem o que falar. Como é que a gente vai fazer se tiver que levar um filho no hospital?” (Participante – Manaus);

---

<sup>1</sup> O Depes é um departamento de pesquisa de opinião pública que funciona na Secretaria Especial de Comunicação Social.

“Eu sou contra os 20 anos pelo seguinte, ele não vai estar na frente da Presidência. Quem vai mandar nessa PEC? Quem garante que a pessoa que entrar vai ter o mesmo seguimento ou vai ter a mesma intenção que ele tem? E se a pessoa que entrar não tiver a mesma intenção?” (Participante – São Paulo);

“20 anos não são 20 dias, são 20 anos. A gente vai ter que pagar por um erro que não foi nosso e a gente tem que pagar com 20 anos praticamente” (Participante – São Paulo);

“O hospital de tal lugar está fechando porque não tem enfermeiros, não tem ninguém pra fazer limpeza, não tem isso, não tem aquilo, aquilo outro. Aí vai tirar dinheiro de onde já não tem? E como vai ficar?”. (Participante – Brasília). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2016: 19).

O estudo não se restringiu a essas falas, obviamente. Elas foram utilizadas como expressões de destaque para confirmar a análise produzida. Essa finalidade, entretanto, não foi exatamente concretizada, uma vez que as considerações dos(as) analistas se restringiram a relatar o que foi debatido pelos participantes do grupo. Abaixo, dispomos a principal conclusão do estudo sobre a percepção das pessoas acerca da PEC 241.

Ao final das discussões, o sentimento *mais frequente* foi de indignação com o conteúdo da emenda. Mesmo compreendendo o objetivo e reconhecendo a necessidade de redução de gastos, fica a percepção de que a iniciativa penaliza os que menos podem fazer sacrifícios e não atinge os políticos e outros grupos privilegiados. Da forma como foram apresentadas as características da PEC 241, a *tendência majoritária* foi de posicionamento contrário à medida. *Uma minoria*, em geral homens, se colocaram favoráveis à medida por considerarem a recuperação da economia uma justificativa para o sacrifício. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016: 20)

Nota-se, assim, que as considerações expostas reeditam o que foi falado nos grupos, sem apresentar uma linha argumentativa que daria corpo a uma narrativa central; esta que, por sua vez, seria a base para o desenvolvimento de uma teoria explicativa sobre o fenômeno. Observe que o texto exposto lança mão de termos comuns aos estudos quantitativos, grifados por nós em itálico. Expressões como “mais frequente”, “tendência majoritária” e “uma minoria” são incoerentes com análise de grupos focais, por dois motivos principais. Primeiro, por uma razão amostral, já que os grupos não são representativos de uma população para que possamos generalizar o conteúdo que dele obtemos. Segundo, por uma razão analítica, posto que essas mensurações resultam de menções individuais desconectadas da narrativa do grupo. Na verdade, é justamente por não terem identificado essa narrativa de grupo, que esses analistas incorrem no equívoco de considerar falas isoladas como indicadores do fenômeno, enfraquecendo suas conclusões por não estabelecerem adequadamente a unidade de análise.

Um dos motivos para isso ter acontecido é o fato dos(as) analistas não seguirem uma perspectiva teórico-metodológica que oriente sua interpretação. Isso poderia ter sido evitado com aplicação da indução analítica, uma vez que a progressividade levaria a uma construção gradativa da explicação a partir da observação de cada grupo. Como vimos anteriormente, esse aspecto possibilita ao pesquisador(a) identificar padrões e recorrências próprias do fenômeno. Isso, reforçando que esses grupos constituiriam a unidade de análise e a leitura e interpretação do dado se daria sobre o texto produzido por eles. Nesse processo progressivo de análise caso-a-caso, os(as) pesquisadores(as) se deparam com casos que contrariam suas hipóteses. O modo de lidar com esta situação é outra característica importante da indução analítica que tratamos anteriormente ao explicarmos a operação de casos negativos. Deixando suspensa as considerações do relatório apresentado pelo instituto, podemos exemplificar de que maneira podemos operar a metodologia considerando nossa própria análise desses grupos que supervisionamos.

Partimos de uma hipótese inicial que considerava mais provável que a PEC 241 tivesse fácil aceitação das pessoas e que o discurso que elas elaborariam a respeito se inclinasse a aprovar a medida. Imaginamos isso no início em razão do apoio irrestrito que os maiores veículos

de comunicação deram à iniciativa. Considerando ainda o cenário imediatamente pós-impedimento da presidente eleita, suspeitávamos que haveria ao menos uma cautela por parte das pessoas ao avaliarem as primeiras ações do novo governo. Não demorou a aparecer um grupo focal em que essa formulação fosse completamente destruída.

Nesse projeto, os casos negativos surgiram logo no início e o que deles constatamos se tornou a hipótese principal. Diferente do esperado, os grupos construíram uma percepção sobre a PEC 241 que a rejeitava de forma veemente. Incorporamos esses casos e passamos a analisar como essa narrativa era elaborada, seguindo o raciocínio proposto pela indução analítica. Nesse ponto, fizemos uso de outra característica dessa metodologia, que é a reformulação de hipóteses e redefinição do problema.

Ao fazê-lo, percebemos a narrativa elaborada e finalmente elaboramos uma teoria explicativa. Compreendemos que para os grupos pesquisados, falar em “gastos públicos” não significa necessariamente tratar de “gastos do governo”. A primeira expressão é entendida como aplicação dos recursos estatais em serviços públicos, que beneficiam a população, a segunda se refere ao uso de dinheiro público para despesas da máquina estatal, que assistem diretamente a políticos e servidores do Estado. Enquadrariam no primeiro tipo os investimentos em saúde, educação, segurança, previdência e programas sociais, por exemplo; no segundo entraria a folha de pagamento do serviço público, o custeio de benefícios extras recebido por autoridades e outros gastos tidos como privilégios. Assim, enquanto os “gastos do governo” podem sofrer cortes e ter um teto estabelecido, os “gastos públicos” devem receber tratamento oposto, sendo elevado e expandido. Por essa razão, a PEC 241 foi percebida como uma iniciativa que reforçava o caráter injusto da distribuição dos recursos públicos.

Dessa forma, ao aplicarmos o método da indução analítica, elaboramos uma análise explicativa sem incorrer nas imprecisões exemplificadas acima. Reforçamos que isso foi possível por definirmos a unidade de análise como o grupo focal observado, interpretando as falas individuais no intuito de perceber a narrativa formada pelo grupo. Seguimos o caráter progressivo considerando a leitura caso-a-caso, no esforço de identificar recorrências. Ao nos depararmos com casos negativos, reformulamos a hipótese inicial e alteramos o problema quando o caso não se enquadrava no escopo do objeto. Por fim, baseados na narrativa compreendida, elaboramos uma teoria explicativa para o fenômeno que estava sendo pesquisado.

## 8. Conclusão

Tendo exposto as principais características da indução analítica e considerado a possibilidade de seu uso em estudos de grupos focais ou entrevistas em profundidade, podemos concluir que o método pode ser aplicado a diferentes técnicas de pesquisa. O mais importante é que sejam feitos os ajustes necessários a fim de que, no âmbito da análise, as etapas sugeridas pela metodologia sejam mantidas. Para isso, é necessário que se tenha clareza e precisão ao definir a unidade de análise do estudo, uma vez que ela constituirá o caso observado. Para investigações que se utilizem de entrevistas, sugerimos que esse lócus analítico sejam as pessoas entrevistadas; enquanto sondagens com grupos focais devem estabelecer o grupo, não falas isoladas dos indivíduos participantes. Entendemos que essa sugestão viabiliza a aplicação da abordagem nesses dois tipos de técnicas porque ela facilita o enquadramento de parâmetros do estudo proposto aos procedimentos da metodologia: i) a progressividade e recorrência; ii) a operação de casos negativos; iii) o ajuste de hipóteses e reformulação de problemas; iv) a amostragem teórica. Consideremos, de forma sintética e conclusiva, como isso se aplica.

Ao considerarmos o aspecto progressivo e recorrente da indução analítica, estamos remetendo ao processo de identificação de padrões, que podem ser observados na sucessão de entrevistas ou de grupos focais realizados. Trata-se de regularidades do fenômeno estudado, que podem ser constatadas em ambas as técnicas. Tanto na primeira quanto na segunda forma de se coletar os dados será possível identificar os eixos narrativos a partir dessas recorrências. Uma vez que se tenha compreendido essa “narrativa”, se estará próximo de elaborar a teoria explicativa, seja considerando as falas de indivíduos entrevistados ou o texto coletivo do grupo mediado.

Em relação à operação de casos negativos, é suficiente que se defina a unidade de análise com pessoas entrevistadas, numa técnica, e como grupo focal mediado na outra. Ao surgirem as observações que contradizem as hipóteses iniciais, é necessário ter clareza que se trata de seu efeito no grupo e não de trechos isolados da fala. Da mesma maneira, é imprescindível que se tenha clara noção de que a imposição da necessidade de redefinições decorre da observação de um grupo de discussão, não de falas separadas. Assim, deve-se procurar incorporar o caso negativo, seja de entrevista ou grupo focal, à formulação da teoria explicativa, ajustando as hipóteses e, se necessário, redefinindo o problema.

Ao redefinir problema e ajustar hipóteses não haverá necessidade de pensar nas distinções entre grupos focais e entrevistas em profundidade. Neste estágio da análise pouco importa se a readequação é exigida por observação feita sob uma ou outra técnica. O processo de adequação dos parâmetros terá o mesmo sentido para ambas as formas de produzir o dado qualitativo. Para esse exercício analítico é mais importante ter em mente a sugestão anterior, tendo cautela em definir um caso como negativo sabendo circunscrevê-lo adequadamente, de acordo com a técnica de coleta adotada.

No que se refere à delimitação do número de casos, a solução está em entender que na indução analítica, como em outras abordagens qualitativas, o delineamento amostral é teórico. Assim, a quantidade de grupos ou entrevistas depende do problema elaborado, das hipóteses iniciais e do objeto construído. Como vimos, não há parâmetros populacionais pré-definidos ou a necessidade de alcançar representatividade estatisticamente garantida. A orientação para definições amostrais é dada pela proposição teórica a respeito do fenômeno estudado, estando sujeita a alterações a cada observação realizada. Por essa razão, insistimos na sugestão de que uma boa maneira de lidar com as decisões sobre amostra é ter clareza sobre a unidade de análise, seja para produção de dados com entrevista ou grupos focais. Estamos relativamente seguros de que adotar essa prática possibilitará uma boa aplicação da indução analítica.

Por fim, reforçamos a sugestão de se aprofundar o debate sobre teoria e formulação de problema de pesquisa. Pode parecer que isso tenha pouca relevância para fins de aplicação prática da metodologia, mas seria imprudente aceitar essa impressão. Se considerarmos que essa discussão levanta questões como o caráter social da elaboração do método, estamos admitindo que o debate pode se estender ao significado da ciência social como forma de produzir conhecimento. Ser remetido às discussões sobre abordagens teórico-metodológicas fundantes das ciências sociais não é desprezível: sempre o está em jogo é a relação entre teoria e empiria. Tampouco seria viável fazê-lo por aqui. Por enquanto, nos limites desse artigo, entendemos ser suficiente para nossas considerações aproveitar os recursos da indução analítica, aprimorando nossas análises de grupos focais.

## 9. Referências Bibliográficas

- BECKER, H. (2007). *Indução Analítica Segredos*. Em: *Segredos e Truques da Pesquisa* (pp. 244-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_ (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- COSTA, G. S. (2012). Grupos focais: um novo olhar sobre o processo de análise das interações verbais. *Revista Intercâmbio*, XXV, 153-172.
- CRESSEY, D. R. (1953). *Other people's money; a study of the social psychology of embezzlement*. New York: Free Press.
- DESLAURIERS, J. (2014). A indução analítica. Em J. Poupart, J. Deslauriers, L. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp.127-153). Petrópolis: Vozes.
- GONDIM, S. M. G. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- KAUFMANN, J. (2013). *A entrevista compreensiva. Um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal.
- LINDESMITH, A. (1968). *Addiction and Opiates*. Chicago: Aldine.
- MANNING, P. K. (1982). Analytic Induction. Em P.K. Manning & R.B. Smith (Orgs.), *A handbook of social science methods – vol. 2: Qualitative Methods* (pp.273-302). Cambridge: Ballinger.
- MORGAN, D. (1997). *Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2016). *Estudo Qualitativo Regular de Opinião Pública IX*. Secretaria Especial de Comunicação Social. Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública. Brasília.
- RAGIN, C. (1994). *Constructing social research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- ZNANIECKI, F. (1934). *The method of sociology*. New York: Rinehart & Company.

**Autores.**

**Dione Antonio Santibanez**

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/NDH/UFG), Brasil.

Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

E-mail: dioneantonio@gmail.com

**Ricardo Barbosa de Lima**

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH/NDH) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FCS), ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS) e Mestre em Sociologia (SOL) ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: ricardobl@ufg.br

**Citado.**

SANTIBAÑEZ, Dione Antonio e BARBOSA DE LIMA, Ricardo (2021). Método da indução analítica para análise de grupos focais. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*, N°22, Año 11, pp. 8-21.

**Plazos.**

Recibido: 04/06/2019. Aceptado: 07/07/2020.